

**AO JUÍZO DAS VARAS CÍVEL, FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXX/DF.**

FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora do RG nº XXXXXXXX, inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXX, Residente e domiciliada no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX: XXXXX-XXXX E XXXX-XXXX, e-mail: XXXXXXXX, vem por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (parágrafo único do artigo 16 da Lei n.º 1.060/50 e inciso III, do artigo 4º da Lei Complementar n.º 80/94), com fulcro no §6º, do artigo 226, da Constituição Federal, propor a presente

AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO

em face de **FULANO DE TAL**, **nacionalidade**, estado civil, profissão, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, portadora do RG nº XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefone: XXXXX-XXXX, demais dados desconhecidos, pelos fundamentos *jure et facto* a seguir declinados:

DO CASAMENTO

O casal contraiu matrimônio, em **XX.XX.XXXX**, sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme inclusa cópia da certidão de casamento, e estão separados de corpos desde XX de XXXXXX de XXXX.

Diante da impossibilidade de reconciliação, deseja a requerente dissolver o vínculo matrimonial que a une ao requerido.

DOS FILHOS

Da união entre o casal, advieram XX (XX) filhos, *FULANO DE TAL*, nascido em XX.XX.XXXX e *FULANO DE TAL*, nascido em XX.XX.XXXX, estando ainda sob o poder familiar, conforme certidões ora colacionadas.

Quanto aos alimentos, guarda e visitas relativos aos filhos menores dos litigantes, não serão objeto de apreciação neste feito.

DOS ALIMENTOS PARA OS CÔNJUGES

Em relação aos alimentos entre os cônjuges, a requerente deixa de pleitear alimentos para o requerido, por ter condições de se sustentar, e requer seja isentada de prestar alimentos ao requerido, por acreditar que ele também não necessita.

DOS BENS

Quanto à questão patrimonial, urge ressaltar que, na constância do casamento os litigantes não adquiriram bens.

DO PATRONÍMICO

Consoante o art. 1.565, §1º, do CC, tanto o homem quanto a mulher, quando do casamento, podem adotar o sobrenome do cônjuge, sendo facultada a manutenção do nome de casado ou o retorno ao nome de solteiro quando da separação ou divórcio, dependendo tais alterações da livre vontade de cada um dos cônjuges.

Na hipótese em comento, a requerente deseja voltar a usar o nome de solteira, qual seja, **FULANO DE TAL**.

DO DIREITO

A pretensão da parte Autora encontra respaldo jurídico no artigo 226, § 6º, da Constituição Federal.

Artigo 226 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 6º - O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a)** o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, em conformidade com o artigo 98 e ss do CPC e das disposições da Lei 1.060/50 (declarações anexas);
- b)** a intimação do ilustre membro do Ministério Público;
- c)** a citação do requerido, no endereço supra, para, querendo, apresentar resposta dentro do prazo legal, tendo em vista a parte Requerente **NÃO** possuir interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, em atenção ao art. 319, inciso VII do CPC;
- d)** a procedência do pedido, para decretar o **DIVÓRCIO** das partes e, após o trânsito em julgado, oficiar ao Cartório de Registro Civil competente, para o averbamento da Sentença, inclusive para modificação do nome do cônjuge virago, que voltará a usar o nome de solteira, qual seja, **FULANO DE TAL**;
- e)** a condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor da Defensoria Pública do DF (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007, Decreto nº 28.757/2008), e depositados no Banco XXX, Código do Banco XXX, Agência XXXX, Conta XXXXXXXX - PRODEF.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos.

Dá à causa o valor de R\$XXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Termos em que requer e aguarda deferimento.

XXXXXXX/DF, XX de XXXXXX de XXXX.

Requerente

Defensor Público do Distrito Federal

ROL DE TESTEMUNHA:

- 1) **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefone: XXXX-XXXX;
- 2) **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, telefone: XXXX-XXXX.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA E DE RESIDÊNCIA

FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora do RG nº XXXXXXXXXX, inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXX, Residente e domiciliada no XXXXXXXXXXXX, CEP:XXXXXXX, telefones: XXXX-XXXX E XXXX-XXXX, e-mail: XXXXXX, declara com a finalidade de obter a gratuidade da justiça (Lei n.º1060/50), que não possui condições econômicas e financeiras de arcar com à custa processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou da família, estando ciente de que, se falsa for esta declaração, incorrerá nas penas do crime do art.299 do Código Penal (falsidade ideológica), além do pagamento de até XX (XXXX) vezes o valor das custas judiciais sonegadas (§ 1º, do art. 4º da Lei n.º 1060/50).

Declara, ainda, estar ciente de que, ocorrendo mudança de endereço, esta tem que ser imediatamente comunicada ao juízo.

Outrossim, compromete-se a comparecer quinzenalmente ao fórum e/ou à Defensoria Pública para acompanhar ou dar andamento ao processo, ficando ciente de que, nos termos do inc. II, do art. 485 do Código de Processo Civil, o processo poderá ser extinto sem julgamento do mérito quando o autor deixar de promover os atos e diligências que lhe competir.

XXXXXX/DF, XX de XXXXXXX de XXXX.

Requerente

Defensoria Pública do Distrito Federal